

ILMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

(Com referência ao Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN)

METRODATA ENGENHARIA LTDA., Sociedade Empresária Limitada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o n.º 04.453.613/0001-35, indicando como endereço eletrônico: [licitacoes@metrodata.com.br](mailto:licitacoes@metrodata.com.br), com sede na Rua Líbia Castro Assis, n.º 59, Sala 203, Empresarial Jardim, CEP 51030-410, Boa Viagem, Recife, estado de Pernambuco, através de seu representante legal, em prazo hábil, com fundamento no § 4.º, do art. 165, da Lei n.º 14.133/2021, item 9 do Edital do Certame, combinados com o que demais se harmonizar à matéria, vem ofertar

### **CONTRARRAZÕES**

ao Recurso Administrativo interposto pela INSTRUCON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA., o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

#### **1. SOBRE A TEMPESTIVIDADE.**

---

1.1. As razões recursais foram apresentadas no dia 02/05/2024, razão pela qual, a data limite para apresentação das contrarrrazões é 07/05/2024. Protocoladas hoje, afigura-se tempestivas as presentes Contrarrrazões.

#### **2. SÍNTESE DOS FATOS.**

---

2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte abriu processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço para:

“O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de **serviços continuados de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos condicionadores de ar, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TRE/RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e nos respectivos anexos.”.

2.2. Da leitura do Termo de Julgamento do Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN, verifica-se que, após a análise da documentação apresentada pela licitante Metrodata Engenharia, a Ilustre Comissão de Licitação culminou por julgá-la habilitada, entendendo que os documentos apresentados atendem ao Item 8.6 do Edital – Da Habilitação.

2.3. Aos 26/04/2024, o Ilustre Pregoeiro declarou HABILITADA e VENCEDORA da licitação a empresa METRODATA ENGENHARIA, ao valor negociado de R\$ 2.694.332,75, por ter comprovado que preenche todos os requisitos exigidos pelo Edital.

2.4. Em seguida, o Ilustre Pregoeiro agendou horário para manifestação de intenção de recurso. Finalizado o prazo, a empresa INSTRUCON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. manifestou intenção de recurso, vindo posteriormente a apresentar as razões recursais.

2.5. Entretanto, conforme será demonstrado, os argumentos apresentados pela INSTRUCON COMÉRCIO são frágeis e revelam-se manifestamente infundados, razão pela qual, **ROGA** que sejam julgados improcedentes os pedidos insertos no Recurso Administrativo.

#### **DA INSUBSISTÊNCIA DAS ALEGAÇÕES LANÇADAS PELA INSTRUCON COMÉRCIO EM SEU RECURSO ADMINISTRATIVO.**

### **3. SOBRE A ALEGAÇÃO DE NÃO CUMPRIMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

---

3.1. De proêmio, Ilustre Pregoeiro, crucial salientarmos que a Metrodata Engenharia detém total capacidade técnico-profissional, técnico-operacional e financeira para a execução do objeto desta licitação.

3.2. A Metrodata é uma empresa de total seriedade, especializada na prestação de serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos condicionadores de ar, dentre outros, possuindo experiência no mercado público e privado de mais de 20 (vinte) anos, atendendo demandas em todo território nacional.

3.3. Analisando a documentação apresentada pela Metrodata, o Ilustre Pregoeiro considerou a proposta e documentos de habilitação válidos, em perfeita harmonia com todos os requisitos exigidos pelo Edital, incluindo a capacidade técnico-operacional, motivo pelo qual ela, Recorrida, restou habilitada e consagrada vencedora do Pregão Eletrônico.

3.4. No entanto, apesar de a adequação às exigências editalícias e a vantajosidade da proposta da Recorrida serem evidentes e incontestáveis, ainda assim, a licitante Instrucon Comércio interpõe Recurso Administrativo alegando que a Metrodata Engenharia não demonstrou comprovação técnica-operacional para atendimento aos itens 12.17.1. e 12.17.2. do Anexo I – Termo de Referência, que assim dispõe:

“12.17. Para dar prova da **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL** A empresa licitante deverá apresentar CATs (Certidões de Acervo Técnico), devidamente registradas no respectivo Conselho CREA, que comprovem a realização de serviços prestados, para instituições públicas ou privadas, conforme descrito abaixo: 12.17.1. Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada-refrigeração); e, 12.17.2. Manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos (JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração).”.

3.5. *Data máxima vênia*, Ilustre Pregoeiro, a irresignação da Recorrente não merece prosperar, pois as razões recursais são infundadas e desprovidas de qualquer fundamento efetivo. Senão vejamos!

3.6. Ora, as Certidões de capacidade técnica-operacional apresentadas pela Recorrida atendem plenamente o Termo de Referência citado, sobretudo no que pertine aos itens 12.17.1. e 12.17.2.

3.7. Isto porque, conforme preconiza o art. 67, II, da Lei n.º 14.333/2021, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de **serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3.º do art. 88 da mencionada Lei.

3.8. Perceba, Ilustre Pregoeiro, que a Metrodata apresentou a Certidão de Acervo Técnico de prestação de serviços de Projetos, Fiscalização e instalação dos Chillers em 548 TR's para as unidades da TIM CRC e TIM Sede, o que prova a capacidade operacional da Metrodata na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional superior ao objeto do Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN.

3.8.1. Diz-se isso porque, o Chiller é um ar-condicionado industrial. As necessidades da indústria normalmente incluem uma alta capacidade de refrigeração de maneira bastante rápida. Por isso, o Chiller é capaz de refrigerar grandes quantidades de ar em apenas alguns poucos minutos.

3.8.2. É possível usá-lo em diferentes ambientes, amplos ou não, seja para resfriar produtos, equipamentos ou garantir uma climatização eficiente no chão de fábrica. Apesar de ser industrial, não é limitado apenas às fábricas, podendo também ser utilizado no comércio.

3.8.3. O Chiller é um ar-condicionado e, como tal, a sua função é resfriar um ambiente, seja ele industrial, comercial ou mesmo um ambiente comum onde há circulação de pessoas. Isso inclui:

- Fábricas;
- Lojas;
- Restaurantes;
- Shopping Centers;
- Galerias Comerciais;
- Hotéis;
- E muito mais.

3.8.4. Por ser um ar-condicionado de alta performance, por assim dizer, ele costuma ser utilizado em ambientes mais amplos e difíceis de resfriar, bem como em locais onde a temperatura é alta e os equipamentos ou produtos precisam de um resfriamento bastante potente.

3.9. Tem-se, ainda, a Certidão de Acervo Técnico onde demonstra que a Metrodata prestou de forma continuada serviços à TIM de manutenção predial com características de correção, prevenção, preditiva e detectiva, visando a melhoria e garantia de continuidade do negócio da contratante, em condições ideais de operação e funcionamento das instalações, incluindo: ar-condicionado, em todas as lojas e prédios administrativos da TIM CELULAR localizada em toda a região nordeste. As manutenções contempladas nesse contrato abrangeram os seguintes itens:

**1. As manutenções contempladas nesse contrato abrangerem os seguintes itens:**

- 1.1. Portas de enrolar manuais e automáticas.
- 1.2. Sistema de refrigeração (chiller, fancoil, fancolete e split).
  - 1.2.1. Sistema supervisorio.
  - 1.2.2. Chillers com automação e compressores tipo parafuso, conforme características a seguir:
    - Fabricante: Springer Carrier  
Modelo: 30GXE – Compressor parafuso (02 unidades)  
Capacidade Térmica: 122 TR's  
Capacidade Térmica Total: 244 TR's  
Tensão: 380V  
Frequência: 60 HZ
    - Fabricante: Springer Carrier  
Modelo: 30GXE – Compressor parafuso (02 unidades)  
Capacidade Térmica: 152 TR's  
Capacidade Térmica Total: 304 TR's  
Tensão: 380V  
Frequência: 60 HZ
  - 1.2.3. Sistema de refrigeração com central de água gelada, redes de hidráulicas e seus componentes, sistema de bombeamento primário e secundário e tanque de termo acumulação.



Adilson Gadelha  
Real Estate e Facilities  
TIM Celular S/A

Certidão nº 2220463721/2017  
14/12/2018, 23:00  
Chave de Impressão: 2B0d3  
O documento neste ato registrado foi emitido em 04/01/2018 e contém 2 folhas

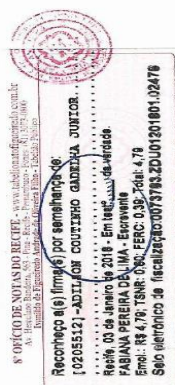
**2. Quantitativos relativos à prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial preventiva e corretiva no estado de Pernambuco, conforme descritos no item 1:**

- 2.1. Área civil total: 19.648,68 m².
- 2.2. Sistema de climatização: 1.578,03 TR's.
- 2.3. Potência de instalação elétrica: 3.952,00 kVA.
- 2.4. Sistema de cabeamento estruturado (cat. 6): 1.899,00 pontos.

Recife, 02 de janeiro de 2018.



Adilson Coutinho Gadelha Júnior  
Coordenador Real Estate e Facilities  
TIM Celular S/A  
Adilson Gadelha  
Real Estate e Facilities  
TIM Celular S/A



Certidão nº 2220463721/2017  
14/12/2018, 23:00  
Chave de Impressão: 2B0d3  
O documento neste ato registrado foi emitido em 04/01/2018 e contém 2 folhas

3.9. Demonstrou-se, por fim, o fornecimento também para a TIM do serviço de instalação de sistema de climatização do tipo split de alta capacidade (Splitão) com capacidade total de 55 TR's com controle micro processado, rede de dutos completa com difusores, grelhas, registros e tomada de ar exterior e montagem das tubulações frigoríferas, para uma área total de 750 m².

3.10. Em resumo, a Metrodata Engenharia apresentou Certidões de Acervo Técnico onde provam a sua capacidade técnico-operacional para Instalação de equipamentos condicionadores de ar que somadas as suas cargas térmicas correspondem a 603 TR's (tonelada-refrigeração), bem como a sua capacidade técnico-operacional de Manutenção de equipamentos de ar condicionado, que somadas as suas cargas térmicas correspondem a 1.578,03 TR's (tonelada-refrigeração), o que demonstra a capacidade técnica muito superior ao exigido pelo Edital, haja vista que os itens 12.17.1. e 12.17.2 exigem 360 e 500 toneladas-refrigeração, respectivamente.

3.11. As Certidões de Acervo Técnico emitidas pela TIM provam que a Metrodata prestou serviços de Projetos, Fiscalização e instalação dos Chillers em 548 TR's, manutenção predial, incluindo: ar condicionado, em todas as lojas e prédios administrativos da TIM CELULAR localizada em toda a região nordeste, bem como a instalação de sistema de climatização do tipo split de alta capacidade (Splitão), resta evidente a comprovação de que a Recorrida executou serviços similar de complexidade tecnológica e operacional superior àqueles exigidos no Edital.

3.12. Destarte, não há que se falar em descumprimento dos itens 12.17.1. e 12.17.2. do Anexo I do Edital, uma vez que a Lei n.º 14.333/2021, no art. 67, inciso II, permite que a comprovação à qualificação técnica possa ser demonstrada através da execução de serviços com grau de complexidade superior ao exigido, o que fez a Recorrida.

3.13. A propósito:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LICITAÇÃO, ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA. COMPLEXIDADE SUPERIOR AO OBJETO LICITADO. POSSIBILIDADE. É competente a Justiça Federal para julgar mandado de segurança em que a autoridade coatora é serviço social autônomo, de natureza privada, mas que recebe recursos oriundos de contribuição arrecada pela Previdência Social. **Não se pode inabilitar licitante que apresenta atestado de capacidade técnica com experiência de superior complexidade ao objeto licitado**, sem desabono algum à qualidade dos serviços prestados, na esteira do contido no artigo 30, § 3.º, da Lei n.º 8.666/93. Remessa oficial improvida.” (TRF4. REO 6969/PR).

3.14. Inclusive, o próprio instrumento convocatório trouxe tal possibilidade no Anexo I – Termo de Referência, item 12.14, *in verbis*:

“12.14. A licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a fim de comprovar a qualificação técnica do licitante, assim entendida como conjunto da capacidade técnico-profissional e da capacidade técnico-operacional.”.

3.15. Neste sentido, e em relação à exigência editalícia que motivou a interposição do Recurso vergastado, deve ser mantida a Habilitação da Metrodata, porquanto ela comprovou a execução de serviço com a capacidade técnica compatível com a exigida pelo edital e que diz respeito à serviço com características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional muito superior a exigida no objeto licitado.

3.16. A experiência anterior que revela a qualificação técnica do licitante não é ter prestado objeto idêntico ao licitado, mas sim comprovar experiência com características semelhantes. Logo, restando demonstrado que quem já realizou serviços de manutenção e instalação dos Chillers em 548 TR's, manutenção predial de ar condicionado, em todas as lojas e prédios administrativos da TIM CELULAR localizada em toda a região nordeste, bem como a instalação de sistema de climatização do tipo split de alta capacidade (Splitão) está apto a também realizar serviços de Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada-refrigeração); e, serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos (JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração)

3.17. Sendo assim, a demonstração da capacidade técnica-operacional da Recorrida no que se refere a serviços continuados de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos condicionadores de ar, mormente a Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada-refrigeração); e Manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos (JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração) está mais que



evidente, quando da extração das informações do Acervo Técnico anexado na documentação comprobatória de habilitação, haja vista a execução de serviços de manutenção e instalação para a TIM são muito superiores quando comparadas aos serviços descritos nos itens 12.17.1. e 12.17.2. do Anexo I do Edital.

3.18. Deste modo, o conteúdo das Certidões de Acervo Técnico apresentado pela Metrodata no tocante a prestação de serviços continuados de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos condicionadores de ar, para a TIM, comprova a capacidade operacional na “execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional superior” às exigências contadas no Edital em comento, tal como previsto no art. 67, II, da Lei n.º 14.333/2021.

3.19. Não é de interesse da Administração emitir Termo de Referência com conteúdo que leve a restrição de competitividade. Nesse prisma se a Administração apenas pudesse aceitar certidão de capacidade técnica que se demonstrasse tão somente execução de Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE e Manutenção de equipamentos de ar-condicionado, de todos os tipos (JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED), sem nenhuma dúvida, estaria incorrendo em ato ilegal, claro afronte ao que preceitua o art. 67, II, da Lei n.º 14.333/2021.

3.20. Portanto, todos os serviços descritos nos atestados de capacidade técnica apresentados pela Metrodata Engenharia, o qual consta a prestação de serviços de Projetos, Fiscalização, Manutenção e Instalação para a TIM, são válidos para comprovar a capacidade técnico-operacional da Recorrida na execução do objeto da presente licitação

3.20. Vale lembrar que as certidões ou atestados acima mencionados já passaram pelo crivo desta Douta Comissão, bem como pela Equipe Técnica do TRE/RN, e foram condições para certificar que a Metrodata atendeu a todas as exigências editalícias.

3.21. Pelo exposto, não há pertinência nas alegações da Recorrente, haja vista que a Metrodata cumpriu com todas as exigências trazidas pelo instrumento convocatório, mormente o preenchimento da capacidade técnico-operacional exigidos nos itens 12.17.1. e 12.17.2. do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN.



3.22. Ademais, o posicionamento do Colendo TCU sobre o assunto é no sentido de que as certificações devem comprovar que o licitante possui capacidade similar e compatível ao do objeto, não especificamente para cada item do objeto da licitação<sup>1</sup>.

3.23. *Data máxima vênia*, Ilustre Pregoeiro, as alegações da Recorrente são totalmente rasas e sem fundamento, pois, conforme demonstrado, a prestação de serviços de Projetos, Fiscalização, Manutenção e Instalação para a TIM atende ao Termo de Referência na íntegra e está dentro dos conformes exigidos no Edital, e por isto, deve ser mantida a habilitação desta Recorrida.

3.24. Ainda nesse contexto, Ilustre Pregoeiro, é pertinente salientar o fato de que o excesso de rigor e formalismo na exigência de cumprimento das exigências editalícias é repellido pelos nossos tribunais, não apenas os de Contas, como também os judiciais, pois as regras do Edital, não devem ser interpretadas de maneira a restringir o seu caráter competitivo, pois o objetivo da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.25. Nesse sentido:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA. 1. A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo. 2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância

---

<sup>1</sup> Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego: “É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).”.

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer – “Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.”.

Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas – “Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.”.

impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal.” (STJ. MS: 5779/DF. Rel. Min. José Delgado. Primeira Seção).

3.26. Logo, é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

3.27. O Plenário do TCU, por meio do Acórdão nº 1211/2021, estabeleceu a possibilidade de o licitante submeter novos documentos para suprir erro, falha ou insuficiência, a fim de viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a competitividade e o formalismo moderado.

3.27.1. O voto do relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, destacou que:

“(...) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).”.

3.27.2. O TCU, por unanimidade, concluiu:

“(...) não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado”, mencionando, de modo explícito, que o novo entendimento deve ser aplicado, inclusive, em relação à apresentação de novos atestados de capacidade técnica: “Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.”.

3.28. De tal modo, caso ainda paire quaisquer dúvidas acerca da documentação apresentada por esta empresa recorrida, possível é a realização de diligência por parte deste Pregoeiro com o fito de resguardar a Administração.

3.29. Vale asseverar que o Colendo Tribunal de Contas da União, em casos que ocorrem a desclassificação de empresa licitante quando possível é a realização de diligências para se obter a proposta mais vantajosa para a Administração, tem determinado a anulação de tais atos, conforme pode ser comprovado abaixo:

**“I) “em relação ao item 9.12.1 do edital: considerando que a empresa conseguiu demonstrar ter cumprido a exigência por meio de diligência; considerando que a inabilitação da licitante se revestiu de formalismo exagerado, uma vez que o procedimento de diligência estava previsto no edital; considerando que, na condução de uma licitação pública, não pode a Administração perder de vista seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa; restou caracterizada afronta ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/93, ao disposto no item 9.5 do edital, ao princípio do formalismo moderado e à jurisprudência do TCU”;** (Acórdão 3094/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman).

3.30. Convém consignar, que além das Certidões de Acervo Técnico já apresentadas, detém a Recorrida diversas outras com o objeto do certame como serviço prestado, e poderá apresentar em caso de diligência porventura esse Ilustre Pregoeiro ache necessário.

3.31. A afirmação da existência de diversas certidões ou atestados que atestam a capacidade técnico-profissional e técnico-operacional da Metrodata Engenharia tem como objetivo assegurar ao TRE-RN, bem como trazer segurança a este Pregoeiro acerca da capacidade técnica operacional desta empresa, resguardando, assim, a esta Administração quanto a presente contratação e ser a proposta desta Recorrida a mais vantajosa e aquela que irá atender ao objeto licitado em sua totalidade.

3.32. Aliado ao que fora acima discorrido, cabe demonstrar que o Tribunal de Contas da União, em sua jurisprudência dominante, admite a juntada de documentos pré-existentes a abertura do certame com o fito de resguardar o interesse público em detrimento ao particular, portanto, não havendo que se falar em ferimento aos princípios da isonomia e igualdade, sob pena de ser o certame revogado, conforme abaixo transcrito:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.” (Acórdão 1211/2021 – Plenário. Min. Rel. Walton Alencar Rodrigues).

3.32.1. Importante destacar que o Ministro Relator do Acórdão acima citado, em seu Voto, teceu digressões acerca da evolução da licitação ao longo dos anos, conforme transcreve-se abaixo:

“O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato. As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019. Em

alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento “*que deveria constar originariamente da proposta*”, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. **Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, **a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).**”.

3.33. Não se pode permitir que por excesso de formalidade uma empresa mais qualificada e com o melhor preço para cumprimento do objeto seja desclassificada por uma suposta irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da Supremacia do Interesse Público. Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta é atingida com a Recorrida, haveria grave inobservância ao princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade com a sua exclusão.

3.34. Restando cabalmente comprovado que tanto a proposta quanto seus documentos de habilitação, atendem a integralidade dos requisitos e exigências do instrumento convocatório, considerando, outrossim, que a Recorrida atende perfeitamente a qualificação técnica, deve, portanto, ser NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, para o fim de manter a Decisão declarou HABILITADA e VENCEDORA da licitação a empresa METRODATA ENGENHARIA.

#### **4. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.**

---

4.1. Como bem se sabe, a licitação deve observar as regras estabelecidas no instrumento convocatório. O edital é a “lei da licitação”. Após a definição das regras e a divulgação do edital, com a sua publicação, não é possível alterar o que foi definido, pois as regras vinculam não apenas a administração, como os próprios licitantes.

4.2. Ademais, é de saber comezinho, que se aplica a Lei vigente ao tempo da publicação do Edital. Aliás, o próprio Edital menciona que:

“**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: **4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;”.

“**8.12.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.”

4.3. O item 4.2. do Edital assevera que os *“licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.”*

4.4. Verifica-se do Edital, que o envio das Propostas iniciou às 8h do dia 04/03/2024 e terminou às 14h do dia 18/03/2024.

4.5. Neste diapasão, quando da apresentação da Proposta pela Metrodata, tem-se que estava plenamente vigente os termos da Lei n.º 14.784, de 27 de dezembro de 2023, que prorrogou até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento do setor de construção civil, o qual está inserido a Recorrida.

4.6. Logo, é de se concluir que a Proposta da Metrodata observou a legislação vigente à época de sua apresentação, que permitia a Desoneração da Folha de Pagamento, bem como ao próprio Instrumento Convocatório.

4.7. O Tempo Rege o Ato é um princípio jurídico que determina que as relações jurídicas devem ser analisadas sob a lei vigente na época em que ocorreram os fatos.

4.8. Desta forma, se a apresentação da Proposta foi realizada sob as regras de uma lei, e nova regra entra em vigor, aquela relação deverá ser tratada pelas normas vigentes àquela data, momento em que se constituiu o direito ou a obrigação, e não sob as da nova lei.

4.9. Vejamos o que diz o art. 24 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro:

“Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.”.

4.10. O art. 24 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro aproxima-se, em grande medida, da regra constitucional que veda a retroatividade da lei e, igualmente, do princípio da segurança jurídica.

4.11. Destarte, não é exagerado afirmar que interpretar uma norma é a determinação do seu sentido; interpretá-la novamente, noutro giro, equivale à edição de norma nova, cuja aplicação concreta, em respeito aos princípios da segurança jurídica e irretroatividade, deve se projetar para o futuro e não retroagir ao momento da edição da norma interpretada. *Tempus regit actum*, diz o brocardo.

4.12. Neste contexto, se na data que a Metrodata apresentou a sua da Proposta era permitido aos Licitantes optarem pelo regime da desoneração da folha, tem-se que mesmo que posteriormente a Decisão Liminar do Excelso STF tenha suspenso os efeitos da Lei que autoriza a desoneração, o efeito dessa modificação somente se pode aplicar para o futuro, para os casos em que a publicação do Edital do Pregão tenha ocorrido posteriormente ao dia 26/04/2024, o que não é o caso do presente Pregão, pois, como dito, o prazo para o envio da proposta encerrou às 14h do dia 18/03/2024, ou seja, bem antes da Decisão Liminar proferida na ADI 7633.

4.13. Tanto é assim, que o próprio Ministro Cristiano Zanin ao apreciar o pedido liminar da ADI 7633 atribuiu os efeitos *ex nunc* a Decisão, isto é, não retroage. De modo que, a Decisão Liminar tem efeito a partir da sua publicação no Diário da Justiça, o que se deu aos 26/04/2024.



4.14. Em sendo assim, os requisitos exigidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN não podem ser desconsiderados pela Decisão Liminar proferida na ADI 7633 após apresentação da Proposta.

4.15. *In casu*, os requisitos exigidos no Edital do Pregão Eletrônico para apresentação da Proposta devem estar preenchidos e comprovado até às 14h do dia 18/03/2024 à luz da legislação vigente à época, o que se inclui a Lei n.º 14.784, não podendo serem alterados posteriormente, mesmo que por lei ou entendimento jurisprudencial, seja para prejudicar ou para beneficiar os licitantes.

4.16. A Administração Pública, ao publicar o edital do Pregão Eletrônico, baseando-se na lei à época vigente, para seleção de proposta mais vantajosa, anuncia o objeto, expõe os requisitos que devem ser cumpridos pelos licitantes, criando expectativas a serem satisfeitas, em caso que a empresa preencha todos os requisitos e se sagre vencedora, e descrevem as regras e os procedimentos que serão adotados durante o processo licitatório.

4.17. Assim, o entendimento monocrático do Ministro Cristiano Zanin ao apreciar o pedido liminar da ADI 7633, em momento posterior ao Edital do certame e à apresentação da Proposta, não pode ter aplicabilidade retroativa para o fim de atingir o Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN, cujas empresas já tinha apresentados as suas Propostas, houveram inhabilitações e desclassificações de licitantes com base na legislação anterior, e findou com a Metrodata sagrando-se vencedora, seja para prejudicar, seja para beneficiar a licitante, em face da isonomia entre os participantes, da segurança jurídica, dos princípios *Tempus regit actum*, da não surpresa e da irretroatividade da lei.

4.18. A segurança jurídica é preceito de importância capital em todas as sociedades, das mais antigas às contemporâneas. Ela norteia a ordem jurídica, conformando as normas e os institutos para viabilizar previsibilidade à sociedade e estabilidade ao cidadão. Como elemento essencial do Estado Democrático de Direito, se faz indispensável ao cumprimento das finalidades do Estado, que deve não somente garantir direitos, mas garanti-los com estabilidade, durabilidade e segurança.

4.19. Portanto, fatos e relações jurídicas verificados sob a vigência de determinada Lei ou entendimento jurisprudencial sob ele devem ser regulados, em respeito à boa-fé do cidadão que depositou sua confiança na legislação ou no sistema judicial.

4.20. A aplicação da Decisão liminar proferida na ADI 7633, posterior a publicação do Edital e apresentação das Proposta e do próprio trâmite do processo licitatório, implicaria em grave prejuízo às partes, incluindo a própria Administração Pública, devido à violação dos princípios da segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório, da boa-fé e do tempo rege o ato.

4.21. Nesse caso, como visto, a observância à segurança jurídica, aos princípios *Tempus regit actum*, da não surpresa e da irretroatividade da lei, não permitem aplicação retroativa da suspensão da Desoneração da Folha, para considerar que a Metrodata não pode apresentar a sua planilha de custos e formação de preço com espeque na Lei n.º 14.784/2023, ainda que fixado sob a sistemática vinculante, tendo em vista que na data da apresentação da Proposta a referida Lei estava em vigor.

4.22. Se o julgamento da Proposta e a análise das planilhas de custos e formação de preços ocorreram em conformidade com a legislação existente à época, que entendia ser possível a desoneração da folha para o setor de construção civil, a superveniente suspensão da Lei não autoriza a desconstituição da Proposta e muito menos do seu julgamento já realizado pela Ilustre Comissão do Pregão.

4.23. A segurança jurídica pressupõe confiabilidade, clareza, transparência e racionalidade das ações do Estado, bem como a confiança dos indivíduos a respeito de suas disposições pessoais e os efeitos jurídicos decorrentes de seus atos.

4.24. O ato jurídico perfeito é o já consumado, segundo a norma vigente, ao tempo em que se efetuou, produzindo seus efeitos jurídicos, uma vez que o direito gerado foi exercido. A Proposta apresentada pela Metrodata já produziu os seus efeitos, logo, é considerado um ato jurídico perfeito. A blindagem constitucional ao ato jurídico perfeito configura cláusula pétrea, bem assim um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito. Deste modo, a Proposta apresentada pela Metrodata e apreciada pela Ilustre Comissão do Certame antes da Decisão proferida na ADI 7633 constitui ato jurídico perfeito, e, como regra, está blindada contra mudanças repentinas e supervenientes.

4.25. Deste modo, em face da observância do princípio da vinculação ao edital do Pregão Eletrônico e da segurança jurídica, não há como aplicar retroativamente o entendimento firmado na Decisão Liminar proferida na ADI 7633, sob pena de afrontar as normas editalícias e legais vigentes na data da apresentação da Proposta.

4.26. Por todo o exposto, seria no mínimo equivocada a invocação da Decisão Liminar proferida na ADI 7633 para impugnar a Planilha de Custo e Formação apresentada pela Metrodata, cuja apresentação ocorreu em período anterior a 26/04/2024 (publicação da Decisão no Diário da Justiça).

4.27. É que o legislador, mercê do princípio da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito, impôs a todos (administração, órgãos de controle e Poder Judiciário), quanto à validade de ato ou contrato, o dever de levarem em conta “as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas”.

4.28. Neste diapasão, devem ser analisadas as planilhas de custos e formação de preços apresentadas pela Metrodata quando ainda vigente os termos da Lei n.º 14.784, de 27 de dezembro de 2023, que prorrogou até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento do setor de construção civil, como acertadamente o fez a Ilustre Comissão Técnica, bem assim:

“Vieram os presentes autos para análise das planilhas de custos e formação de preços de fls. 2124-2135, apresentadas pela empresa METRODATA ENGENHARIA LTDA. (CNPJ 04.453.613/0001-35), por ocasião do Pregão Eletrônico nº 90008/2024-TRE/RN, as quais utilizaram a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 (RN000133/2023), fl. 2111-2121, como base para cotação de verbas de cunho salarial e benefícios mensais diários (Submódulo 2.3). A empresa empreendeu todos os ajustes solicitados por esta unidade, de modo que não restaram retificações a serem realizadas. Ressalte-se, por oportuno, que a empresa efetuou os cálculos dos pacotes de serviços adicionais (itens 18 a 25) com base nos valores dos postos de trabalho referentes aos itens 1 e 2 do certame, método que facilitou sobremaneira a verificação das origens desses custos. Ademais, faz-se necessário frisar que a licitante em questão utilizou os percentuais constantes da tabela do SINAPI (fl. 2136) para cotar os custos com encargos sociais. É o que temos a informar. À SECLI para ciência dos pontos supracitados e prosseguimento do certame.”.

4.29. Conclui-se, com razoável grau de obviedade, que os argumentos erguidos no Recurso não merecem prosperar, uma vez que a planilha de custo apresentada pela Recorrida está em consonância as regras estipuladas no Edital em questão, atendeu a todos os requisitos previstos no Certame e está em estrita observância a legislação vigente à época da apresentação da Proposta, tanto que mereceu a aprovação da equipe técnica de apoio ao certame.

4.30. Além do mais, “constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.” (Acórdão 1924/2011 – Plenário).

4.30.1. Assim, a existência de erros ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto à Recorrida para a devida correção das falhas.

4.30.2. Nesse sentido:

“MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. PERDA DO OBJETO DO MANDAMUS. PRELIMINAR REJEITADA. ERRO NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS. CORREÇÃO DA IRREGULARIDADE. POSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA MANTIDO. INDEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE. ORDEM CONCEDIDA. Não há perda do objeto do mandado de segurança porque, “no caso de licitações públicas, seria possível a impetração, mesmo que tivesse havido o ajuste contratual e, até a execução da obra ou serviço ou, ainda, o fornecimento do bem” (STJ - MS n. 12.892/DF, Rel. Ministro Humberto Martins). “Erro na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, sem alteração do preço global, não impede a habilitação, mormente quando o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93, prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento [...]” (TJRS - AC n. 70067393330, Rel. Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro).” (TJSC, Mandado de Segurança n. 4000034-97.2019.8.24.0000, Rel. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 30-04-2019).

4.31. Desta forma, **REQUER** que SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA INSTRUCON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA., mantendo-se a Decisão de declarou habilitada e vencedora da licitação a empresa METRODATA ENGENHARIA.

## REQUERIMENTO

---

5. Diante de todo o exposto, **REQUER**:

a) que se digne de receber e processar as presentes contrarrazões;

b) que SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA INSTRUCON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA., mantendo-se incólume a decisão que classificou a Proposta, habilitou a documentação de qualificação técnica e declarou vencedora a empresa METRODATA ENGENHARIA LTDA., uma vez que resta demonstrado que a METROTADA atendeu integralmente as exigências do edital, com o consequente prosseguimento do certame para adjudicar e homologar o resultado da Licitação, em favor da METRODATA ENGENHARIA;

c) subsidiariamente, caso não seja negado provimento ao Recurso Administrativo, **ROGA** que seja o julgamento convertido em diligência, a fim de que seja concedido prazo razoável para que a Metrodata Engenharia apresente novas certidões ou atestados em quantidade suficientes para demonstrar a habilitação técnica, que atestem a sua capacidade técnico-operacional para execução do objeto do Certame, bem como para eventual saneamento, correção ou esclarecimento da planilha de composição de preço da Metrodata Engenharia, em observância aos princípios da competitividade, da economicidade, formalismo moderado e da razoabilidade, visando à obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

6. Em caso de reconsideração – o que não se acredita, **ROGA** que o Recurso seja imediatamente encaminhamento à Autoridade Superior, nos termos do art. 109, § 4.º da Lei n.º 8.666/93, para julgamento.

Recife (PE), 07 de maio de 2024.

METRODATA ENGENHARA LTDA.  
Ricardo Pereira Vianna  
Representante Legal